

Ofício na Bahia que ao mesmo tempo que eram agentes da Inquisição responsáveis pela vigilância e aprisionamento dos suspeitos de heresias, em seus depoimentos muitos demonstram uma convivência cordial que era quebrada quando da execução da prisão de seus vizinhos. Por outro lado, relata o caso de João de Morais Montesinhos, cristão-novo, comerciante, natural e morador da Bahia que sofreu muita hostilidade e violência quando capturado em Minas Gerais pelo Familiar do Santo Ofício Francisco Garcia Fontoura. Em carta de próprio punho, Montesinhos faz relato minucioso dos maus-tratos e humilhações que sofreu desse Familiar e também de Eugênio Ferreira, outro Familiar das Minas Gerais, um raro documento em que “refletem a alma do prisioneiro”.

Os cristãos-novos presos na Bahia, no período estudado, foram um total de 60, a maioria deles homens de origem portuguesa. Cinco foram condenados a morte, os demais foram penitenciados a “cárcere e hábito penitencial perpétuo”, ou seja, não podiam se ausentar do local onde residiam e eram obrigados a usar veste própria, chamada sambenito, por algum tempo, geralmente anos. A autora ressalta ainda, que mesmo que o réu se apresentasse e não fosse preso, todos ficavam marcados com o estigma de processados que os acompanhavam e a suas famílias, dificultando a retomada de suas vidas em sociedade.

Este livro é leitura indispensável para todos os especialistas nos estudos inquisitoriais e dos cristãos-novos no Brasil e em Portugal, bem como, historiadores que se dedicam a pesquisa sobre o Brasil e a Bahia colonial,

e ao público em geral. O texto, de leitura agradável e pautado em pesquisa primorosa, nos transporta para outros tempos, para um mundo em que vigia a Inquisição, uma instituição que legitimava as perseguições e vigilâncias, provocando medo das denúncias e das punições. Apesar de muitos cristãos-novos migrarem para a Capitania da Bahia, em busca de uma nova vida e de melhores condições de existência, eles nunca deixaram de carregar consigo as marcas da origem judaica. Isso nos remete a reflexões sobre o nosso tempo atual e como antigos estigmas ainda definem as nossas relações sociais, e algumas marcas continuam promovendo desigualdades e violências como o racismo, a pobreza, o machismo, a homofobia e tantas outras formas de exclusão.

ADRIANA DANTAS REIS

Universidade Estadual de Feira de Santana
Centro de História da Universidade
de Lisboa

Ana E. Schaposchnik, *The Lima Inquisition. The Plight of Crypto-Jews in Seventeenth-Century Peru*, Madison, The University of Wisconsin Press, 2015. 291pp.. ISBN: 978-0-299-30610-6.

A chamada Diáspora Sefardita levou os judeus e cristãos-novos ibéricos às “quatro partes do mundo”, num movimento migratório de grande dimensão e duradouro no tempo. Muitos destes indivíduos buscavam novas paragens para se estabelecerem, aproveitando as novas rotas e actividades comerciais que

surgiam. Alguns deles fugiam também das Inquisições ibéricas, estabelecidas entre os séculos XV e XVI. No entanto, a repressão inquisitorial aos cristãos-novos acabou por se fazer também nos espaços coloniais dos impérios ibéricos. Por essa razão, muitos dos que escaparam à perseguição feita em território peninsular acabaram por perecer perante o longo braço do Santo Ofício, já nos espaços americanos (Lima ou México, por exemplo) ou asiáticos (como é o caso de Goa, no Estado da Índia).

O livro de Ana E. Schaposchnik debruça-se precisamente sobre o confronto entre um dos tribunais inquisitoriais americanos – o de Lima – e os cristãos-novos, durante o século XVII. A obra apresenta-se com um cariz de sistematização, tanto da bibliografia clássica, como da principal documentação espalhada pelos arquivos de Madrid, Lisboa e também de Lima.

Na introdução do livro, Schaposchnik apresenta os três eixos estruturantes que irão conduzir o seu trabalho. Em primeiro lugar uma resenha historiográfica em torno do tribunal da Inquisição de Lima na qual desfilam os vultos de Ricardo Palma e de José Toribio Medina, não faltando também trabalhos mais recentes como os de Millar Carvacho, Gabriela Ramos ou Pedro Guibovich Pérez, entre outros. O segundo eixo centra-se nas características identitárias dos réus, a chamada religiosidade dos cripto-judeus, no qual a autora aborda brevemente algumas das principais discussões historiográficas actuais sobre a temática. Por fim, o último segmento, prende-se com o arquivo e as fontes. Este eixo é fundamental

para o caso do estudo do tribunal de Lima, uma vez que, à semelhança de outros tribunais inquisitoriais, a voragem do tempo ou uma política concreta e deliberada no decurso do século XIX, fez com que fossem destruídos muitos cartórios destes tribunais.

The Lima Inquisition. The Plight of Crypto-Jews in Seventeenth-Century Peru divide-se em 6 capítulos. No primeiro capítulo, “Heresy and Inquisition in the Iberian World”, a autora afronta de forma genérica a questão da relação entre Inquisição e heresia, bem como a aplicação dos estatutos de limpeza de sangue no mundo ibérico. Por outro lado, começa a abordar a temática central do seu livro, ou seja, o quadro institucional que configurou o tribunal de Lima, os seus principais agentes, os problemas de institucionalização e as próprias formas de financiamento do tribunal. Apresenta-se também ao leitor um breve esboço do que seriam as instalações do tribunal na Ciudad de Los Reyes, desde um período provisório entre os anos de 1570 e 1584, até às instalações definitivas que teve a partir dessa data (“Life at Tribunal Facilities”, pp. 49-51).

O segundo capítulo, “The Trial as a Setting for Confession and Repentance”, centra-se na tipologia do processo inquisitorial, e na pressão sobre os réus para se obter uma confissão e o arrependimento dos supostos crimes cometidos. Começando com a normativa definidora do procedimento inquisitorial que se pode encontrar em Eymerich (séc. XIV) e nos comentários de Francisco Peña (séc. XVI) e destacando o importante papel da leitura e da divulgação dos *edictos* para as inquisições americanas,

Ana Schaposchnik apresenta, deste modo, o quadro legal em que começa o processo inquisitorial. São depois expostas várias fases do processo inquisitorial, incluindo a defesa dos réus, o uso de diferentes formas de tormento pelos inquisidores e a elaboração final das sentenças.

Nos capítulos seguintes, a autora começa a explorar as características particulares do caso de Lima e “the construction of inquisitorial jurisdictions in the New World, in terms of both geographical boundaries and the nature and history of the people under its surveillance (p. 75)”.

“A Cobbler and a Merchant” é o título do terceiro capítulo. A autora começa por sublinhar a importância e a dimensão da área geográfica que estava sob alçada jurisdicional do tribunal de Lima: as *audiencias* de Lima, Charcas, Chile, Quito, Panamá e Nueva Granada (correspondendo, actualmente, a Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai). Esta dimensão, à semelhança de outros distritos inquisitoriais nos espaços imperiais (como México ou Goa), colocava verdadeiros desafios e necessidades de adaptação aos agentes inquisitoriais. Neste capítulo Schaposchnik apresenta alguns casos de cristãos-novos processados por crimes de cripto-judaísmo, exemplos de finais do século XVI, alguns deles já bem estudados historiografia, incluindo nos últimos trabalhos de Nathan Wachtel (*La foi du sowenir. Labyrinthes marranes*, Paris, 2001). Começam assim a ser abordados os casos destes migrantes da diáspora, viajantes em distantes paragens, aventureiros que procuraram mudar o rumo

das suas vidas em Potosí, Buenos Aires ou Santiago del Estero. Através do estudo dos casos de Juan Vicente e de Garci Mendes de Dueñas analisa-se a acção da inquisição de Lima sobre as redes de migração dos cristãos-novos ibéricos, que sofreram um incremento entre 1580 e 1640, coincidindo muitas vezes com redes comerciais transnacionais.

O quarto capítulo “A Community under trial in colonial Peru” introduz o tema da *Complicidad Grande*, que levou à prisão de vários portugueses no ano de 1635 e a sua posterior saída no auto-da-fé de 1639. Os registos do tribunal de Lima remetem para a prisão de 90 indivíduos (p.100). A vaga de prisões provocada pela chamada *Complicidad Grande* envolveu muitos indivíduos que Ana Schaposchnik recupera nas páginas deste capítulo (cf. “The Names and Faces of La Complicidad Grande”, pp. 103-115). Entre os “vultos” mais conhecidos encontramos Manuel Bautista Pérez, também analisado no livro já mencionado de Nathan Wachtel e, com grande detalhe, por Maria da Graça Mateus Ventura (*Portugueses no Peru ao tempo da União Ibérica. Mobilidade, cumplicidades e vivências*, Lisboa, 2005). O momento da *Complicidad* é visto pela autora como um período de extraordinária rapidez na execução das causas “between 1635 and 1639, we see a tribunal rapidly collecting and compiling evidence, incarcerating Portuguese New Christians in large numbers, subjecting people to long trials of faith for heresy of crypto-Judaism (p. 129)”.

No quinto capítulo Ana E. Schaposchnik analisa “The Inner World of the Lima Prisons”. Aqui a autora defende que, sendo o grupo

de cristãos-novos portugueses bastante coeso, estes conseguiram dentro dos cárceres inquisitoriais manter algumas estratégias de defesa e sustentar canais de comunicação que lhes permitiram enfrentar a acção repressiva do tribunal. Paralelamente a esta atitude levada a cabo pelos réus, na outra face da medalha, é destacada a realidade de corrupção e de “porosidade” dentro das cadeias. A autora defende que “even though the Lima tribunal attempted to follow inquisitorial regulations regarding isolation, alienation, and secrecy in the secret cells, the Portuguese New Christians, as prisoners, took advantage of bureaucratic corruption, insufficiently secure cells, and potential helpers to exert a certain degree of individual and collective agency (p. 149)”.

No sexto e último capítulo, “The Plight of the Condemned”, introduz-se a questão do sofrimento dos condenados, sobretudo tendo por base a análise da cerimónia do auto-da-fé, apresentando detalhadamente os preparativos que precediam a cerimónia, bem como as suas principais características. Para tal são utilizadas algumas descrições coevas de cerimónias de auto-da-fé realizadas em Lima ao longo do século XVII.

Finalmente, na conclusão, Schaposchnik apresenta respostas às questões levantadas no início da obra, mostrando a adaptação da Inquisição às características geográficas do distrito de Lima, bem como as principais dinâmicas do confronto entre a instituição e os cristãos-novos portugueses acusados de criptojudáismo. A sua análise é baseada sobretudo em alguns estudos de caso, referentes a indivíduos que foram apanhados

pela malha repressiva do tribunal antes e durante a *Complicidad Grande*.

O livro de Ana E. Schaposchnik surge, deste modo, como uma obra de sistematização da historiografia e da documentação sobrevivente sobre a Inquisição de Lima que, em virtude de ser redigida em inglês, pode chegar a um público académico mais amplo. Da mesma forma, a autora inscreve o seu trabalho em alguns debates historiográficos importantes, como a problemática da validade das fontes inquisitoriais e o debate em torno da religiosidade dos cristãos-novos. Seria interessante cruzar esta investigação e beneficiar dos resultados das investigações dos mais recentes contributos da historiografia brasileira e portuguesa em torno destes grandes movimentos migratórios da Época Moderna nos territórios americanos.

SUSANA BASTOS MATEUS

Cátedra de Estudos Sefarditas

«Alberto Benveniste»

CIDEHUS-Universidade de Évora

CEHR-Universidade Católica Portuguesa